

CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL

TEMA	NÚMERO	NOME PARTICIPANTE	DATA/HORA	TÍTULO - PARTICIPA.BR	COMENTÁRIO - PARTICIPA.BR
FOMENTO A GOVERNO ABERTO EM ESTADOS E MUNICÍPIOS	2	Pedro Moreira Grillo	05/01/16 - 13:35	Descentralização da estrutura e atuação "glocalizada"	Olhar global, mas ação local. - Empoderamento de comunidades e subprefeituras para desenvolvimento de ações locais em bairros e sub bairros. - Votação popular on line para escolha dos sub prefeitos e fortalecimento dessa atuação como forma de chegar mais rápido e facilitar o diálogo com as prefeituras.
	14	Rafael Rodrigo Martinati	07/01/2016 - 22:58	Classificação e digitalização dos arquivos públicos municipais, como instrumento de transparência ativa	Preservar documentos históricos e torná-los acessíveis a todos os cidadãos. Classificar os documentos históricos e recuperá-los é parte do processo de digitalização da administração pública, tanto por questões legais, fiscais, culturais ou históricas. Classificar estes documentos de modo colaborativo e digitaliza-los em formato aberto e disponibiliza-los de modo ativo, atenderão tanto o acesso à informação quanto a preservação de bem público de valor insurável, as informações e documentos históricos. Superar os desafios de preservação de documentos e tecnologias, nos Municípios e nos Estados e na União,
	18	Daniel José Alves Fernandes de Melo	08/01/16 - 8:06	ONGs na OGP	Eu proponho o seguinte: 1°: União, Estados e Municípios do Brasil devem criar Conselhos Deliberativos de Transparência, Governança e Controle Social com participação ativa de todas as ONGs para maior Fiscalização e Controle da Sociedade; 2°: União, Estados e Municípios do Brasil devem dar mais Publicidade para a População sobre a LAI (Lei de Acesso a Informação) e a Aplicação Ativa da Lei Federal 12.527 de 2011, infelizmente a Sociedade Brasileira NÃO Conhece a LAI, principalmente no interior do Brasil; 3°: A Inclusão no Debate de todos os Legislativos Federal, Estadual e Municipal para que os Parlamentares tenham a oportunidade de Contribuir com o Debate.
	19	Deise Galhardi Rodrigues Fauvel	08/01/16 - 8:20	App público - Vagas Municipais em creches e pré escola	Contendo os dados demográficos do município, tabulados pelo IBGE, para o acompanhamento das mães e pais, da sociedade e da Administração Pública das cidades, com o objetivo de conhecer, implementar projetos necessários, verificar e interagir com o cumprimento destes projetos que são direitos constitucionais de dignidade e cidadania das nossas crianças .
	22	Martin Moreci Gomes Doninelli	09/01/16 - 09:55	Governo Aberto é uma interação Global	A participação da População é importante, o fundamental é a celeridade das implantações por parte dos estados (local) e municípios.
	26	Grazielle Custódio David	11/01/16 - 14:18	Governo Aberto no nível subnacional	Criação de mecanismo para envolvimento dos Estados e Municípios no Governo Aberto, com transparência, dados abertos e prestação de contas em todos os níveis federativos.
	27	Thiago José Tavares Ávila	11/01/16 - 23:01	Federação de Governos Abertos	Proponho que haja um projeto que amplie o escopo da INDA, envolvendo os demais entes federativos no Plano de Ação para o Governo Aberto. As ações não podem ficar limitadas a esfera federal. Governadores e Prefeitos das Capitais (inicialmente) precisam ser convocados para elaborarem planos locais de Governo Aberto.
	32	João Batista Cavalcanti	14/01/16 - 01:02	Ampliar a implantação dos Conselhos de Transparência e Controle Social em todos os entes federados	Ampliar a implantação dos Conselhos de Transparência e Controle Social em todos os entes federados, onde cada município, Estado e DF, tenha funcionando efetivamente o referido conselho no âmbito de cada território.
	39	André Costantin Felix de Souza	14/01/16 - 17:34	Transparência nos custos dos transportes públicos	Com mais de 80% da população vivendo nas cidades o custo do transporte público afeta a vida de muitos brasileiros. O Brasil lidera o ranking de transparência com gastos públicos. Agora precisamos de transparência nas planilhas das concessões públicas.
FOMENTO AO CONTROLE SOCIAL	4	Giovanna da Silva Oliveira	06/01/16 - 21:08	Educação para Todos	Formando idéias e procedimentos metodológicos para o ensino de novas idéias para toda a platéia pública que se interesse em aprender mais com os conhecimentos gerais da vida pública!
	15	Gabriel Andregretti	07/01/16 - 23:23	Educação Política	O esforço precisa começar com o básico, a instrução. Pessoas instruídas, naturalmente são mais participativas. De nada adianta um esforço por transparência, se a mesma já nasce da "escuridão". É preciso instruir as pessoas desde a escola no que se refere às funções públicas, aliadas às disciplinas que apoiam a Ética como sua raiz.
	17	Rafael Rodrigo Martinati	08/01/16 - 0:02	Transparente é ser compreensível	Não basta o acesso à informação. Eu quero entendê-la. Criar um guia com recomendações para apresentação das informações técnicas e jurídicas. Evitar que o requinte literário das ações jurídicas, ou a complexidade técnica dos orçamentos governamentais, afaste o cidadão comum do controle social. Um guia de estilo linguístico, aliados a treinamentos dos servidores públicos. Uso de infográficos e multimídia para fornecer ao cidadão meios de se instruir e de acompanhar o governo.
	30	Caio Cardoso Lucena	13/01/16 - 22:04	Sistematização e capacitação	Criar um programa de capacitação para os cidadãos no intuito de ensinar como os cidadãos devem se apropriar da abertura dos governos para exercer sua cidadania.
	48	Rodrigo Gimenez Ribeiro	18/01/16 - 19:15	Implantação de controle por alunos de escolas	Poderiam ser criadas aulas de controle em geral, nas escolas, para alunos acima de determinada idade ou classe. As aulas praticas seriam verificar obras e serviços públicos na região da escola. As aulas praticas seriam verificar obras e serviços públicos na região da escola.
TRANSPARÊNCIA SOBRE RECURSOS PÚBLICOS	3	Alexandre Nero Borges	06/01/16 - 19:50	Produtividade dos servidores públicos	Sugiro que a produtividade individual de cada servidor público seja publicada na internet, bem como resultados relevantes, isto seria a meritocracia (embora comunistas, lenientes e marxistas não gostem de meritocracia)
	5	João Aparício Rodrigues de Souza Costa	07/01/16 - 07:25	Transparência nas empresas públicas	Acho importante discutir mecanismos de transparência das estatais, principalmente critérios utilizados para nomeação dos principais dirigentes e assessores em funções de confiança.
	20	David Andrade	08/01/16 - 11:31	Contabilidade das atividades realizadas pelos professores	Gostaria que o sistema de avaliação dos servidores utilizasse um sistema de avaliação que pudesse ser acompanhada de forma mais objetiva em comparação com resultados planejados pelas instituições de ensino.
	34	Elda Mariza Valim	14/01/16 - 08:52	Transparência nas receitas públicas e fim do sigilo fiscal	A sonegação, a evasão fiscal, a apropriação indébita de tributos pelo substituto tributário tudo isso está fora do alcance do controle social mesmo após a Lei de Acesso à Informação. Raciocínio diferente tem os impostos sobre a renda, mesmo assim, o sigilo fiscal é um direito das pessoas ou de empresas? Fora do Brasil há uma forte mobilização da sociedade civil pedindo que as receitas públicas geradas nos setores de petróleo, gás e mineração sejam publicadas em detalhes para que a sociedade possa entender por que as empresas lucram tanto e as comunidades que suportam a indústria extrativa são as mais pobres. Proponho, então, que um dos temas para o Plano de Ação da OGP seja o sigilo fiscal como exceção e como regra a transparência das receitas públicas, no mesmo detalhamento que temos hoje para as despesas públicas.
	42	Rodrigo José Couto Ribeiro	15/01/16 - 04:06	Fiscalização nos fiscalizadores	Uma maior transparência do trabalhos feitos pelos servidores públicos encarregados dos serviços de fiscalização nos entes federativos, sejam quais forem o objeto a ser fiscalizado.
	44	Carlos Eduardo Araujo Vieira	15/01/16 - 20:06	Dados das empresas brasileiras	Dados das empresas com as informações mínimas pedidas no index.okfn.org/
TRANSPARÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES	13	Andressa Campos Laure	07/01/16 - 17:04	Consórcio Público	Deveria ser discutido sobre a efetividade dos consórcios públicos, o real interesse público na sua criação, e o planejamento para os gastos dos recursos públicos repassados para estas entidades.
	21	Solange Pereira Lemes do Nascimento	08/01/16 - 15:10	Licitações	Após aprovação de licitações, repassar o resultado para universidades federais pertinentes para que as mesmas acompanhem o andamento das obras tanto no campo financeiro quanto no cumprimento da obra no prazo acordado.

CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL

TEMA	NÚMERO	NOME PARTICIPANTE	DATA/HORA	TÍTULO - PARTICIPA.BR	COMENTÁRIO - PARTICIPA.BR
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	49	Alessandra Nilo	18/01/16 - 19:15	Transparencia das PPPs	Garantir a transparência e acesso ao público de todos os acordos feitos entre setor privado e governo é indicador fundamental de transparência. Também concordo com a proposta de discutir mecanismos de transparência das estatais, principalmente critérios utilizados para nomeação dos principais dirigentes e assessores em funções de confiança.
	61	Felippe Juliano da Silva	29/01/16 - 17:14	Gestão Transparente de Empresas Públicas e Empréstimos concedidos pelo BNDES	Melhorar a transparência nas empresas públicas bem como os empréstimos concedidos pela BNDES
TRANSPARÊNCIA SOBRE ENDIVIDAMENTO PÚBLICO	10	Roberta Gonçalves Vasconcelos	07/01/16 - 16:03	Auditoria da Dívida Pública	Em tempos de ajuste fiscal e orçamento público reduzido, é urgente debatermos a necessidade, conveniência e implementação de uma auditoria da nossa dívida pública.
	36	Grazielle Custódio David	14/01/16 - 13:32	Transparência com realização de auditoria da dívida brasileira	A dívida consome entre 25% a 50% (se considerar que tem juros sendo pagos dentro dos valores de rolagem da dívida). Apesar do alto consumo do orçamento federal pela dívida, o que prejudica a alocação de recursos em políticas públicas essenciais, como saúde, educação, segurança; ainda não sabemos detalhes, como: qual a origem da dívida brasileira? quem detém como beneficiário final (e não apenas no nome dos bancos) os títulos da dívida brasileira? a quem já foi pago? o que já foi pago? Alega-se que os relatórios do Tesouro Nacional e do Banco Central são suficientes, mas não são, eles não trazem total transparência e prestação de contas.
	37	Anjuli Tostes Faria Osterne	14/01/16 - 16:04	Auditoria da Dívida Pública Brasileira	Realizar, com transparência e participação dos cidadãos e cidadãs, a auditoria da dívida pública brasileira, interna e externa.
	51	Wellington Monteiro Lucas	19/01/16 - 12:33	Auditoria Cidadã da Dívida Pública brasileira	Já passou da hora do país trazer a público este debate
	61	Felippe Juliano da Silva	29/01/16 - 17:14	Gestão Transparente de Empresas Públicas e Empréstimos concedidos pelo BNDES	Melhorar a transparência nas empresas públicas bem como os empréstimos concedidos pela BNDES
	71	Ger Linux	13/02/2016 - 18:16	Auditoria da dívida externa/interna da República	Fazer a AUDITORIA da DÍVIDA INTERNA/EXTERNA desde a assumpção, pela República, da Dívida Externa do Império, até os dias de hoje.
	77	Rafael Rodrigo Martinati	08/01/2016 - 1:19	Publicação da dívida pública em formato aberto	Publicação em formato aberto dos relatórios de auditoria da dívida pública.
INOVAÇÃO E GOVERNO ELETRÔNICO	1	Pedro Moreira Grillo	05/01/16 - 13:27	Inovação em modelos de gestão	Uso por parte do governo de inovações em tecnologias sociais, como: -Gestão ágil (Agile, Scrum, Management 3.0) -Governança Dinâmica e Sociocracia -Holocracia, Heterarquia e outros..
	9	Neide de Sordi	07/01/16 - 16:02	Governo Eletrônico e preservação da informação digital	Análise da aderência dos sistemas de governo eletrônico às soluções de gerenciamento de risco, padrões de metadados, curadoria e repositórios digitais seguros como ferramentas para garantir o acesso à informação, a preservação da documentação digital nas instituições públicas e a memória institucional. Os riscos envolvidos nesses processos são, principalmente, aqueles relacionados com a obsolescência tecnológica e a falta de gestão da documentação digital. É urgente o estabelecimento de políticas para identificar os fenômenos que ameaçam os documentos digitais com a finalidade de minimizar esses riscos.
	60	Thiago Henrique Ferreira Zoroastro	28/01/16 - 01:26	Ver todos esses comentários é um bom começo	1. Organizar os comentários em blocos de temas em comum e anonimizar os nomes quando na análise do conteúdo gerado 2. Coletar ideias de aplicativos que melhore as condições do cidadão de requerer onde e quando o dinheiro pago pelo imposto sendo aplicado perto dele (ideia para debate) 3. Mencionar as iniciativas do Governo Federal (www.aplicativos.gov.br e www.participa.br e www.juventude.gov.br/participatorio) em publicidade na rede nacional de televisão pública 4. Formar GTs dentro do participa 5. Incentivar a postagem de conteúdo descentralizado 6. Implementar post cruzado nas redes sociais (externas) para quem quiser. Postando aqui, posta lá também. 7. Convidar pessoas interessadas em ajudar 'de dentro', inclusive com liberdade de software e de implementação de infraestruturas! (sempre passar por um processo de triagem pelos responsáveis do PARTICIPA) 8. Propor as plataformas de comunicação interna para as instituições de ensino público e privado. 9. Adotar medidas de inclusão digital focando na federalização e internalização da comunicação 10. Utilizar Software Livre Gnu/Linux nos computadores pessoais porque tem centenas de programas excelentes facilmente instaláveis sem empecilhos no Central de Aplicativos. Mais pessoas terão acesso a editores de vídeo e música de qualidade! Mais pessoas terão acesso a aplicativos de ciência, engenharia e até software para gestão do conhecimento de qualidade! Exemplos: biblioteca de citações, tabelas periódicas, programas educacionais, de geografia, de biologia e até arqueologia.
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO ABERTO	11	Rafael Grossi	07/01/16 - 16:12	Custo e benefício das ações de governo	Creio ser importante que sejam divulgadas, com metodologia que impeça a influência política, informações sobre o custo e benefício das ações de Estado (todos os poderes e entes), de forma didática, possibilitando ao cidadão compreender o gasto público e a interferência desse gasto na vida em sociedade, e decidir por apoiar ou desapoiar a continuidade de uma ação. Por vezes uma ação permanece sendo executada, mesmo que sua eficácia não seja mais benéfica, pelo simples apelo de que o serviço não deve ser retirado. Um serviço que não cumpre mais sua função deve ser reformulado ou cancelado.
	12	Tatiana Lopes Salciotto	07/01/16 - 16:23	Orçamento participativo	Penso que poderia ser discutido melhor esse tema, para que ele seja implementado com mais frequência e seja aprimorado. Um ponto que também poderia ser discutido nesse tema é o orçamento federal enviado para prefeituras, Santa Casa, Ongs, etc.
	23	Grazielle Custódio David	11/01/16 - 11:54	Transparência com participação social	Possibilidade real de acompanhamento e tomada de decisão referente ao orçamento público, com: - disponibilização dos custos dos serviços públicos - construção do planejamento temático antes do orçamento com participação social - escolha de investimento compartilhada (estado - população) - acompanhamento da eficácia / eficiência dos gastos públicos por meio de infográficos que relacionem gastos com metas previstas no ppa - atendendo os princípios de participação social elaborado pelo GIFT/IBP do Comitê do OGP
	24	Grazielle Custódio David	11/01/16 - 11:57	Relacionar gastos com resultados	Apresentação dos gastos orçamentários correlacionando com o alcance dos resultados esperados no PPA em dois formatos: de dados abertos e também acessível para todos (ex: infográficos)
	46		15/01/16 - 20:11	Poder linkar projeto dos governo com ações no PPA	Saber do começo ao fim do processo de licitação até o gasto final de onde veio o dinheiro em relação ao ppa/loa
	55	Luiz Carlos Betenheu	21/01/16 - 09:23	Orçamento público	1. Comunicação com o cidadão, explicando numa linguagem mais popular do que técnica os conceitos, premissas e diretrizes da gestão orçamentária, aproximando o cidadão do processo de controle externo sobre os gastos públicos. A abordagem necessariamente tem que mostrar os comparativos entre o planejamento e a execução orçamentária anual (como forme de avaliar a efetividade da gestão e do gasto público), destacando pelo menos o QDD e o anexo do Programa de Trabalho das Leis Orçamentárias Anuais 2. Estabelecer como regra nacional a apresentação em todos os níveis de governo no Poder Executivo de relatórios padrões sobre o planejamento e a execução orçamentária: Por Função, Por Subfunção, por Natureza de Despesa e por Fontes de Receita 3. Explicitar relatórios onde há gestões tripartites de governo visando a realização de uma política pública, demonstrando qual o orçamento planejado e o executado, apresentando os valores de receitas efetivamente aportados por cada esfera (União, Estados e Municípios) 4. Incentivar a estrutura e o funcionamento dos Conselhos Municipais, Estaduais e Federais que fiscalizam e deliberam as políticas públicas (e isso envolve, é claro, aporte mínimo de recurso orçamentário), fortalecendo a independência dos mesmos 5. Ampliar e intensificar a estruturação dos órgãos de Controle Interno 6. Criar mecanismos de divulgação através das redes sociais de informativos sobre o Orçamento público, incentivando a participação popular e ampliando os mecanismos de divulgação de informações sobre o planejamento e a execução orçamentária de todos os níveis de Governo (Federal, Estaduais e Municipais)

CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL					
TEMA	NÚMERO	NOME PARTICIPANTE	DATA/HORA	TÍTULO - PARTICIPA.BR	COMENTÁRIO - PARTICIPA.BR
	56	Jader Oliveira	21/01/16 - 09:26	Orçamento de Gênero ou Orçamento para Equidade de Gênero	Que o orçamento público fosse elaborado levando em conta o impacto dos gastos do governo para a correção das desigualdades de gênero, com o recorte de gênero das políticas e seus orçamentos, "marcando" as despesas e investimentos que possibilitarão medir os impactos das decisões para o alcance dessa equidade.
	58	Guilherme Souza Magalhães	21/01/16 - 22:56	Desvendando as prestações de contas	Todos os municípios prestam contas através do orçamento realizado. Através desse arquivo teremos conhecimento dos valores efetivamente gastos em cada área. Podemos criar um programa para ler esses arquivos?
	75	Rafael Rodrigo Martinati	08/01/2016 - 00:05	App do OP	Criar um app publico para votação de propostas. Sem custo para as prefeituras e para os cidadãos. Aliar ao app o controle em tempo real da execução dos projetos aprovados
	76	Rafael Rodrigo Martinati	08/01/2016 - 1:16	Catálogo de Serviços Públicos e Prestação de Contas Padronizada	Criar uma ferramenta aberta que publique uma cartilha de serviços públicos municipais. Definir uma forma unificada de identificação de custos dos serviços, de como a ser possível fazer comparações. Obrigiar que todos os itens de compras públicas tenham seu código NCM (Nome Comum do Mercosul), o mesmo utilizado para Nota Fiscal Eletrônica. Realizar a prestação de contas, por serviço público, apresentando seu nível de serviço, seu custo aos cofres públicos e a quantidade de cidadãos diretamente beneficiados.
DADOS ABERTOS GOVERNAMENTAIS	16	Rafael Rodrigo Martinati	07/01/16 - 23:55	Padrões abertos para arquitetura da informação publica	Informação clara para os humanos e interpretáveis por sistemas e máquinas. Criar colaborativamente uma arquitetura de informação governamental aberta, que forneça uma abordagem de referência a ao planejamento, implementação, transparência na governança das informações, atendendo a todos os princípios de governo aberto A compreensão das relações das informações governamentais, por meio de gráficos, tabelas e documentos, empodera o cidadão e é uma ferramenta fundamental para o controle social. Possibilita também a criação de soluções de software livre e de implementação ágil e serviços web para análise e compartilhamento das informações públicas
	47	Carlos Eduardo Araujo Vieira	15/01/16 - 20:18	Liberar com acesso livre dados de localização	Os dados minimos conforme index.okfn.org/place/brazil/postcodes/
	64	Jose Renato Villela Dantas	05/02/16 - 13:26	Dados abertos governamentais	Debater a implantação de um programa/projeto para disponibilizar dados governamentais seguindo os preceitos de dados abertos, utilizando um padrão de dados e fornecendo através de APIs/serviços web que permitam uma melhor integração dos dados provenientes de fontes diversas. Os dados fornecidos em padrões definidos permitirão o desenvolvimento de sistemas que agreguem serviços de governo para o cidadão brasileiro, além de possibilitar maior transparência das informações de Governo. O portal de dados abertos do Governo Federal e os sites de dados abertos das esferas municipais e estaduais são boas iniciativas no sentido de fornecer dados abertos. Entretanto, essas plataformas podem ser melhoradas, através da implementação dos padrões citados, para permitir uma melhor integração, e consequente análise, dos dados.
	78	Marcos Vinicius Forecchi Accioly	19/01/2016 - 9:26	API Pública Integrada do Governo Brasileiro	Certamente a disponibilização de dados em formato interpretável por máquina em tempo-real seria uma maravilha. A partir da sociedade civil, surgirão aplicações gratuitas, análises e novas formas de disponibilização e interpretação destes dados. Inclusive diversas soluções de Apps propostas aqui nos comentários seriam criadas caso os dados fossem publicamente acessíveis e em formato interpretável por máquina (vagas em creche, custos de serviços públicos, acompanhamento de eficácia, gastos orçamentários, controle social, receitas públicas, auditoria da dívida, custos de transportes, dados da qualidade do ar e água etc). Ou seja, me
MECANISMOS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL	31	João Batista Cavalcanti	14/01/16 - 00:59	Consolidação da Política Pública da Participação Social	Ampliar as ações da política pública da participação social, onde a sociedade civil possa participar efetivamente do Governo participativo.
	33	João Batista Cavalcanti	14/01/16 - 01:07	Convocar a consocial para 2017	Consolidar a política pública de participação social, com a realização da CONSOCIAL EM 2017, com etapas municipais, estaduais, distrital e virtual.
	35	Maria Valentina Sena e Silva	14/01/16 - 12:16	Advocacy	Na participação Social, feita interações e os consensos, os poderes constituídos, autoridades e entidades em que participa o governo ou tenha outorgado concessão, as ongs devem ter acesso nas comissões, cpi, frentes parlamentares, e tribuna livre, nas sessões de parlamentares, e junto à administração pública para audiências com qualquer gestor público, prefeitos, secretários, coordenadores etc., bem como com juizes de qualquer instância.
	43	Martin Moreci Gomes Doninelli	15/01/16 - 15:48	Ampliando um pouco mais, sobre nossa participação.	Perante o escrito pelos Senhores, gostaria de ampliar a participação e a convocação cidadã, para que assim haja uma melhoria na transparência governamental, responsabilização e capacidade de resposta aos cidadãos pelos gestores que devem ter a obrigação com o Público. A fiscalização de contas deve ser de Transparência a todos, porém, existem fiscais para que esta fiscalização ocorra (pagos para isso), sem eles o sistema trava. Nós que queremos a igualdade e nosso governo em uma liberdade como humanos acreditamos que com a participação de capacitados em legislações e condução do que é nosso (órgãos públicos) que não é nenhum favor o que temos de direito, tornam-se Governos, gestores e outros, mais eficazes e credíveis quando o público vê a transparência em todos os aspectos e não só de contas. Salientei anteriormente a celeridade na implantação de propostas públicas com o devido empoderamento visando o accountability pelos cidadãos nos estados (local) e municípios, pois tive mostras de que propostas de governo aberto a nível de órgãos federais, não são cumpridos em órgãos estaduais (local - nos 3 poderes) e municipais. Não havendo fiscalização para isso, quando fiscalizamos ou tomamos atitudes, estas são arquivadas. Estamos caminhando para melhorias, mas precisamos de representatividade nas propostas que foram instituídas e não cumpridas, pois podem cair no esquecimento. Mas vale apenas continuar buscando o que sempre foi nosso.
	65	Martin Moreci Gomes Doninelli	08/02/16 - 18:00	Internet Pública - IPDPS (Internet pública de dados e participação social)	A Justificativa desta proposta/tema está voltada para a efetividade dos pilares de Governo Aberto, sendo que todo o Governo Aberto deva ter uma forma de fácil de acessibilidade de dados sem custos ao Público para sua atuação na fiscalização de seus órgãos. assim, este público possa dar o acompanhamento ao Accountability, na Participação direta, na Transparência das ações governamentais, dando a aplicação devida da tecnologia e inovação ao uso da internet no país. Pois nada adianta ter dados transparentes com o uso da tecnologia se esta não é livre, sendo seu acesso por meios pagos, onde seu custo ainda é desproporcional com a realidade da população para que possa participar.br, assim portais de transparência de estados, municípios e da União possam ser acessados por todos, Será uma rede de acesso tipo "SUS", apenas para consultas e participações ao envolvimento, engajamento governamental e social. podendo acessar tantos os dados em portais transparência como participação efetiva em portais como "participa.br" e 'e-democracia', como exemplos.
PRESTAÇÃO DE CONTAS, MONITORAMENTO E PARTICIPAÇÃO EM PLANOS E POLÍTICAS NACIONAIS DE MEIO AMBIENTE	59	Carolle Alarcon	26/01/16 - 13:22	Propostas de Inclusão	1. Prestação de Contas Online de Recursos para Combate ao Desmatamento no âmbito dos Planos de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento do Cerrado e da Amazonia 2. Monitoramento da implementação dos Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento 3. Monitoramento da implementação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos 4. Inclusão digital de todos os conselhos municipais e estaduais de meio ambiente. Criação de um portal para arquivamento de atas, lista de presenças e deliberações. 5. Formação de gestores e funcionário públicos dos estados e municípios para alimentação de dados nos portais de transparência. 6. Estimular o aumento da quantidade de informações em dados abertos ofertada pelos órgãos públicos. 7. Portal de transparência de informações de audiências públicas: números de audiências realizadas, temas, data, conteúdo, materiais relevantes, sugestões dadas e acompanhamento dos processos. 8. Portal de controle da execução de orçamento decidido de forma participativa 9. Portal de transparência de compras sustentáveis governamentais 10. Monitoramento da implementação do Plano Nacional de Mudança do Clima e da Estratégia Nacional de REDD+ 11. Monitoramento dos compromissos assumidos pra implementação da INDC do Brasil submetida a UNFCCC

CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL

TEMA	NÚMERO	NOME PARTICIPANTE	DATA/HORA	TÍTULO - PARTICIPA.BR	COMENTÁRIO - PARTICIPA.BR
	66	Rubens Harry Born	12/02/2016 - 17:12	Acordos Ambientais e transparência na sua implementação no Brasil	Importante haver transparência e claros mecanismos de participação da sociedade para a elaboração, atualização, implementação e monitoramento de planos de implementação nacional relativos ao cumprimento de acordos multilaterais ambientais, globais ou regionais, tais como convenções sobre temas da agenda global (clima, biodiversidade, desertificação, CITES, PoPs- Estocolmo, mercúrio, Agenda 21 e ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030) ou regional (ex: TCA - Tratado de Cooperação Amazônica);
DADOS ABERTOS E PROMOÇÃO DA TRANSPARÊNCIA ATIVA EM MEIO AMBIENTE	45	Carlos Eduardo Araujo Vieira	15/01/16 - 20:09	Coleta e transparência nos dados de qualidade do ar e água das maiores cidades brasileira	Para poder cobrar melhoria das prefeituras nesses quesitos
	34	Elda Mariza Valim	14/01/16 - 08:52	Transparência nas receitas públicas e fim do sigilo fiscal	A sonegação, a evasão fiscal, a apropriação indebita de tributos pelo substituto tributário tudo isso está fora do alcance do controle social mesmo após a Lei de Acesso à Informação. Raciocínio diferente tem os impostos sobre a renda, mesmo assim, o sigilo fiscal é um direito das pessoas ou de empresas? Fora do Brasil há uma forte mobilização da sociedade civil pedindo que as receitas públicas geradas nos setores de petróleo, gás e mineração sejam publicadas em detalhes para que a sociedade possa entender por que as empresas lucram tanto e as comunidades que suportam a indústria extrativa são as mais pobres. Proponho, então, que um dos temas para o Plano de Ação da OGP seja o sigilo fiscal como exceção e como regra a transparência das receitas públicas, no mesmo detalhamento que temos hoje para as despesas públicas.
	54	Tiago Reis	20/01/16 - 11:10	Transparência socioambiental	Todos os dados e informações de políticas públicas socioambientais e de licenciamento ambiental devem ser totalmente abertos por se tratar de dados e informações de interesse público, incluindo dados individuais do Cadastro Ambiental Rural.
	67	Rubens Harry Born	12/02/2016 - 17:16	Transparência e democratização do acesso a fundos de fomento ao desenvolvimento sustentável, conservação e restauração ambiental	Necessária a implementação de sistema que articule e integre informações (*) sobre os diversos instrumentos de fomento e financiamento em sustentabilidade socioambiental do Governo federal, ou em que este tenha assento, e notadamente naqueles mecanismos com recursos não reembolsáveis, como, por exemplo, os vinculados ou supervisionados ou com participação do MMA, tais como FNMA, Fundo Clima, Fundo Amazônia, etc. - (*) deve conter editais, projetos aprovados, etc.
	68	Rubens Harry Born	12/02/2016 - 17:19	Licenciamento ambiental - transparência, acesso à informação e à participação	Necessário disponibilizar sistema nacional (integrando União, Estados, DF e municípios) de acesso por internet às informações de licenciamento ambiental (quem requereu, para que tipo de atividade, em qual local, qual é a esfera federativa que examinará o pedido de licença ambiental etc) por parte de cidadãos, para que o público possa saber estágio do procedimento de licenciamento, condicionantes, datas de audiência públicas respectivas etc
	74	Renato Morgado	14/02/2016 - 18:12	Transparência ativa na prevenção e no combate ao desmatamento	Promoção da transparência ativa e de dados abertos em temas relacionados à prevenção e ao combate ao desmatamento, incluindo: a produção, o transporte e o consumo de madeira nativa, o Cadastro Ambiental Rural – CAR e o Guia de Transporte Animal – GTA. A divulgação proativa dessas informações em formato aberto permitirá uma maior compreensão sobre diferentes setores que possuem potencial de contribuir com o desmatamento, sobretudo na Amazônia, o aumento da capacidade de identificação de práticas ilegais e a melhoria das atividades de prevenção e de fiscalização. Além disso, aumentará significativamente a transparência destes setores para toda a sociedade.
GOVERNO ABERTO E SAÚDE	40	Luiz Alberto Pimentel Martins	14/01/16 - 17:49	SUS 100% Público	Estabelecer na complementariedade prevista com os serviços Privados, num galtilho automático, que supra no serviço público, a demanda apresentada pelo usuário; criando imediatamente, com prazos para execução/ implementação, as condições necessárias no Serviço Público Gratuito.
	52	Milton Júnior	20/01/16 - 08:30	Relatórios de Gestão do SUS	Publicação em formato aberto dos Relatórios de Gestão do SUS, hoje acessíveis parcialmente em aplicacao.saude.gov.br/sargsus/login?carregarPagina.action Trata-se de um instrumento de comprovação da aplicação dos recursos, que tem a finalidade de apresentar os resultados alcançados com a execução da Programação Anual de Saúde, orientar a elaboração da nova programação anual, bem como eventuais redirecionamentos que se fizerem necessários no Plano de Saúde, nas três esferas de direção do Sistema.
	63	Cristiano Bertolini	02/02/16 - 14:57	Obrigatoriedade de dados abertos em hospitais e estabelecimentos de saúde	Tornar acessível e atualizado os dados de estabelecimento de saúde, de forma que a comunidade possa criar ferramentas para acompanhar gastos, atendimentos, monitorar possíveis epidemias e auditar contas dos estabelecimentos de saúde. O projeto envolve melhorar a gestão (governança eletrônica), Big Data e Dados abertos. Muitas universidades estão realizando projetos mas com muito pouco dinheiro para pesquisa na área e com dados desatualizados.
INOVAÇÃO E GOVERNO ABERTO NA EDUCAÇÃO	53	jailson pereira sousa	20/01/16 - 09:40	filosofia africana nas escolas públicas	Partindo do princípio da lei 10639 temos que levar para dentro das escolas públicas a verdadeira história do homem e da mulher negra e sua cultura e religiosidade para o novo modelo de sociedade que hoje representa o nosso país e pegando de gancho a implantação das novas tecnologias para servir de suporte pedagógico dentro e fora da escola
	60	Thiago Henrique Ferreira Zoroastro	28/01/16 - 01:26	Ver todos esses comentários é um bom começo	8. Propor as plataformas de comunicação interna para as instituições de ensino público e privado.
	62	Adriano Santiago de Freitas	01/02/16 - 14:55	Educação de qualidade para todos	Promover uma transformação da educação, principalmente nas séries iniciais. Inovar a forma de ensinar, usando a tecnologia como suporte para novas formas de ensino/aprendizado.
POLÍTICA DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO GOVERNO FEDERAL	69	Joara Marchezini	12/02/2016 - 18:12	Implementação da Lei de Acesso à Informação	Nível local, considerando executivo e legislativo / nos órgãos da Justiça / produção e melhoria das listas de documentos classificados e desclassificados
	70	Joara Marchezini	12/02/2016 - 18:16	Acesso à Informação e Gênero	Inclusão de componentes de raça, gênero e identidade de gênero nos dados de segurança pública
OUTROS PODERES	25	Grazielle Custódio David	11/01/16 - 11:58	Legislativo e Judiciário abertos	Envolver o Legislativo e o Judiciário no Governo Aberto, com mais dados de transparência e participação social. No Legislativo regular o lobby
	57	Jaqueline da Luz	21/01/16 - 17:10	Financiamento das campanhas políticas	Com a proibição do financiamento privado de campanha aprovada pelo STF em 2014, a sociedade brasileira terá que discutir e implementar mecanismos de transparência e monitoramento para fazer valer a decisão. O tema ainda está muito confuso e não inteligível para a grande maioria da população e também para os partidos e futuros candidatos. Isso é bastante grave se considerarmos que a decisão vale já para as eleições de 2016.
SEM RELAÇÃO COM GOVERNO ABERTO	6	Giseldo Carlos dos Santos Brito	07/01/16 - 11:06	Revisão geral da remuneração dos dos servidores públicos	Ainda que seja por Mudança na Constituição, uma Mudança Radical no valor da Remuneração dos SERVIDORES PÚBLICOS DE TODOS OS PODERES, com a Extinção de Benefícios medievais como AUXÍLIO MORADIA Para Magistrados abonados com vencimento que superam 5 dígitos. Giseldo Carlos Brito - Servidor Público/Advogado
	7	Renata Cássia de Santana	07/01/16 - 14:11	Fim do voto obrigatório	Acredito que o fim do voto obrigatório, além de ser condizente com o princípio democrático, enfraquecerá o financiamento de campanhas eleitorais levianas, cujas propostas não passam de promessas para angariar votos, mas que nunca serão cumpridas.
	8	Renata Cássia de Santana	07/01/16 - 14:20	Uso obrigatório do sistema público (saúde e educação) pelos governantes	Acredito que submeter os políticos e seus familiares ao uso do sistema público de saúde e de educação seria um forte instrumento de ação para promover uma melhor prestação de serviço nestas áreas.
	28	Joana D Arc Rolim de Andrade	12/01/16 - 10:07	Redução da carga tributária para o cidadão.	O aumento da gasolina representa mais uma das muitas dívidas colocadas no orçamento familiar do brasileiro. É preciso adoção de medidas urgentes que desonere o cidadão de uma crise econômica instalada pela atual crise política do País.
	29	Taiane Sena Gonçalves	12/01/16 - 22:19	Ensino Profissionalizante nas Escolas Públicas	Oferecer cursos profissionalizantes para os alunos do Ensino Médio das escolas públicas, proporcionando para eles uma qualificação para o primeiro emprego.
	38	Luiz Alberto Pimentel Martins	14/01/16 - 17:33	Tarifa Zero no Transporte Público	Alcance Federal, Estadual, Municipal. Sistema Geral com Transparência, Controle Social e Responsabilização e Prestação de Contas. Sugerimos participação do Gabinete 01 da Câmara Legislativa do DF...Deputado Distrital Ricardo Vale (Proposta do Mandato

CONSULTA PÚBLICA - TEMAS SOCIEDADE CIVIL

TEMA	NÚMERO	NOME PARTICIPANTE	DATA/HORA	TÍTULO - PARTICIPA.BR	COMENTÁRIO - PARTICIPA.BR
	41	Luiz Alberto Pimentel Martins	14/01/16 - 18:03	Educação de Qualidade 100% Pública	Ação Federal, Estadual, Municipal com co-responsabilidade pela educação pública gratuita, à partir das creches públicas gratuitas, passando por formação em cursos técnicos gratuitos até cursos universitários gratuitos, substituindo gradualmente (com ação enérgica) os convênios privados. A permanência de serviços privados totalmente desvinculados de recursos públicos.
	50	Geovan Adorno Braz	19/01/16 - 12:33	Violência contra a juventude negra	Desmilitarização das polícias; descriminalização do uso de drogas e outras substâncias, fim do auto de resistência, enfrentamento ao alto índice de homicídios de jovens negros
	72	Ger Linux	13/02/2016 - 18:18	Responsabilidade pública	Igualar o tratamento jurídico, civil, criminal e penal para os cargos públicos em todos os órgãos da APF que tenham correspondentes privados em empresas privadas, de acordo com a legislação profissional dos CONSELHOS FEDERAIS PROFISSIONAIS correspondentes.
	73	Ger Linux	13/02/2016 - 18:19	Consolidação das leis das profissões liberais	Elaborar a CONSOLIDAÇÃO da legislação federal das PROFISSÕES LIBERAIS, à semelhança da Consolidação das Leis Trabalhistas.